

Diversidade Cultural Na Educação: Lei 11.645/2008 E O Ensino Da Cultura Afro-Brasileira E Indígena Nas Escolas

Kennya Rodrigues Nunes

Uces - Universidad De Ciencias Empresariales Y Sociales

Donizete Vaz Furlan

UNIFIEO

André Luiz Batista Galvão

Universidade Federal De Roraima

José Antônio Da Silva

FICS

Valdéria Colen Da Silva

UFVJM

Maria do Socorro Ribeiro de Melo

Universidade Federal do Piauí

Claudienne Da Cruz Ferreira

UFMA

Weslayny Vieira Goes Cerqueira

Must University

Rodolfo Lima Araújo

Universidade Federal Do Norte De Tocantins

Ozana Bezerra Da Silva

Universidade Federal De Campina Grande

Patrícia Vaz De Lessa

Universidade Estadual De Londrina - UEL

Rodrigo Nonato Do Socorro Lopes

Faculdade Malta

Ademar Henriques Da Silva Filho

Universidade Do Estado Do Amazonas

Frairon César Gomes Almeida

Univates

Resumo:

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas brasileiras, focando no ensino da cultura afro-brasileira e indígena. A metodologia utilizada foi descritiva, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas com 13 profissionais da educação, incluindo professores e gestores, para coletar dados qualitativos sobre as práticas pedagógicas adotadas e os desafios enfrentados. Os resultados revelaram que, embora a lei tenha gerado avanços no reconhecimento dessas culturas nas escolas, ainda existem

DOI: 10.9790/487X-2704050812 www.iosrjournals.org 8 | Page

Diversidade Cultural Na Educação.....

dificuldades significativas, como a falta de formação adequada dos educadores, a escassez de materiais pedagógicos e a resistência de alguns alunos. No entanto, algumas experiências positivas mostraram que, quando abordada de forma interdisciplinar e contextualizada, a temática gera maior interesse nos alunos. A pesquisa conclui que é fundamental fortalecer a formação dos educadores, melhorar os recursos pedagógicos e promover uma maior articulação entre a gestão escolar e as políticas públicas para garantir a efetiva implementação da lei e a promoção da diversidade cultural nas escolas.

Palavras-chave: *Diversidade; Afro-brasileiro; Indígenas; Educação.*

Date of Submission: 08-04-2025 Date of Acceptance: 18-04-2025 -----

I. Introdução

A diversidade cultural é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No contexto educacional, ela se apresenta como um tema essencial para o desenvolvimento de cidadãos críticos, respeitosos e conscientes de suas responsabilidades dentro de uma sociedade plural. A educação é, portanto, um espaço privilegiado para o reconhecimento e a valorização das diversas culturas que compõem o Brasil, com destaque para a afro-brasileira e a indígena. Essas culturas, que por séculos foram marginalizadas, possuem uma importância histórica e social que precisa ser incorporada ao currículo escolar para promover a igualdade racial e a diversidade (Rocha; Silva; Dutka, 2023).

O Brasil é um país de grandes contrastes culturais, fruto de um processo histórico marcado pela colonização, pela escravidão e pelas lutas pela liberdade e reconhecimento. No entanto, por muito tempo, o ensino nas escolas foi centrado em uma visão eurocêntrica, desconsiderando as contribuições e a história dos povos indígenas e dos afro-brasileiros. Esse apagamento cultural impediu que as crianças e os jovens brasileiros se reconhecessem como parte de uma nação multicultural, onde diferentes etnias, religiosidades e costumes coexistem e enriquecem a cultura nacional (Reis, 2023).

Nesse sentido, a Lei 11.645/2008, sancionada em 10 de março de 2008, representou um marco importante na educação brasileira ao incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de todo o país. A lei estabelece que os currículos de ensino fundamental e médio devem abordar, de maneira transversal, as contribuições dessas culturas para a formação da sociedade brasileira. Trata-se de uma ação afirmativa que visa corrigir um histórico de invisibilidade e marginalização, promovendo o reconhecimento e a valorização dos povos que formam a base da nação (Silva; Rabelo; Dorigon, 2024).

A implementação da Lei 11.645/2008 não se dá de maneira simples ou automática. A mudança no currículo exige um trabalho profundo de formação de professores, desenvolvimento de materiais pedagógicos adequados e uma mudança na mentalidade das escolas e dos alunos. A dificuldade de tratar de temas tão complexos, que envolvem questões de identidade, racismo, preconceito e reconhecimento histórico, representa um desafio para educadores e gestores escolares. No entanto, essa transformação é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que reconheça e celebre sua diversidade (Silva, 2022).

Além disso, a escola é o ambiente ideal para que o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena aconteça de forma respeitosa e consciente. Não se trata apenas de apresentar informações sobre os povos e suas tradições, mas de promover uma reflexão crítica sobre os processos históricos de exclusão e violência aos quais esses grupos foram submetidos ao longo dos séculos. A educação, portanto, deve ser vista como uma ferramenta de transformação social, capaz de desconstruir preconceitos, mitos e estereótipos, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade dos estudantes e contribui para o processo de reparação histórica (Tavares; Bahia, 2024).

Em relação à cultura afro-brasileira, a importância dessa abordagem está em reconhecer a influência africana na formação da cultura brasileira, seja na música, nas danças, na religião, nas culinárias ou nas manifestações artísticas e culturais. Essa contribuição foi fundamental para a construção de um país multicultural e diverso. Da mesma forma, os povos indígenas possuem um papel central na constituição do Brasil, sendo responsáveis pela preservação de conhecimentos ancestrais, sistemas de organização social, línguas e práticas sustentáveis que, muitas vezes, são desconsideradas no ensino tradicional (Tavares; Bahia, 2024).

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar como a Lei 11.645/2008 tem sido implementada nas escolas brasileiras e avaliar os desafios e as oportunidades encontradas pelos educadores no ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. A pesquisa visa compreender as práticas pedagógicas adotadas pelas escolas, os materiais didáticos utilizados, bem como identificar as percepções de professores, alunos e gestores sobre a importância dessa abordagem no processo de inclusão e valorização da diversidade cultural.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem descritiva, com o intuito de analisar como a Lei 11.645/2008 tem sido implementada nas escolas brasileiras, especialmente no que diz respeito ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. O foco foi compreender as práticas pedagógicas adotadas pelos

DOI: 10.9790/487X-2704050812 www.iosrjournals.org 9 | Page

Diversidade Cultural Na Educação.....

profissionais da educação e as percepções de alunos, professores e gestores sobre a aplicação dessa legislação (Lima et al., 2020; Lima; Domingues Junior; Gomes, 2023; Lima; Domingues Júnior; Silva, 2024; Lima; Domingues; Silva, 2024; Lima; Silva; Domingues Júnior, 2024).

Para atingir esse objetivo, a pesquisa foi estruturada de forma a coletar dados qualitativos por meio de entrevistas, o que permitiu uma análise detalhada das experiências e desafios vivenciados pelos educadores na implementação da lei. A amostra da pesquisa foi composta por 13 profissionais da educação, sendo esses professores e gestores de escolas de ensino fundamental e médio. A escolha desses participantes foi baseada na sua experiência direta com o ensino e a implementação das diretrizes estabelecidas pela Lei 11.645/2008. Os profissionais foram selecionados de diferentes instituições de ensino, buscando garantir a diversidade de contextos e realidades escolares, o que proporcionou uma visão mais abrangente sobre os desafios e práticas relacionadas ao tema. Para a coleta de dados, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, nas quais os participantes puderam expressar suas opiniões, experiências e dificuldades no processo de ensino da cultura afro-brasileira e indígena. As entrevistas foram conduzidas de forma individual, o que permitiu a cada profissional compartilhar suas vivências de forma mais detalhada e sem pressões externas. O roteiro de entrevista foi elaborado de forma a abordar questões relativas à formação dos educadores, ao uso de materiais didáticos, à metodologia empregada em sala de aula e à percepção sobre os resultados do ensino dessa temática entre os alunos. A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, com base nos princípios da análise de conteúdo. As respostas obtidas nas entrevistas foram transcritas e organizadas em categorias temáticas, que permitiram identificar padrões e tendências nas respostas dos participantes. A partir dessa análise, foi possível compreender as principais dificuldades enfrentadas pelos professores na implementação da Lei 11.645/2008, bem como as estratégias e práticas pedagógicas que têm sido mais eficazes para o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. A análise qualitativa também permitiu identificar as percepções dos profissionais sobre a importância da lei para a promoção da diversidade cultural e da inclusão social nas instituições de ensino.

III. Resultados E Discussões

Os resultados da pesquisa, que teve como objetivo entender como a Lei 11.645/2008 está sendo aplicada nas escolas, revelaram uma série de informações valiosas sobre as práticas pedagógicas dos educadores e os desafios enfrentados na implementação do ensino da cultura afro-brasileira e indígena. A análise qualitativa das entrevistas realizadas com 13 profissionais da educação, sendo professores e gestores, trouxe à tona uma diversidade de experiências e percepções sobre o tema.

Uma das primeiras conclusões importantes foi a falta de formação específica dos educadores para ensinar sobre as culturas afro-brasileira e indígena. Segundo os respondentes e05 e e08, a maioria dos professores não recebeu treinamento adequado durante a sua formação inicial para abordar essas temáticas de maneira profunda e respeitosa. "Durante a faculdade, nunca tive uma disciplina que abordasse a cultura afro-brasileira ou indígena de forma mais prática. Isso me deixou sem recursos para ensinar corretamente", relatou e05, ressaltando a carência de preparações mais focadas na Lei 11.645/2008 e suas implicações pedagógicas.

Além disso, a formação continuada, ainda que reconhecida por alguns participantes como importante, não tem sido suficiente ou eficaz na atualização dos educadores sobre as práticas de ensino relacionadas à diversidade cultural. "Fazemos cursos rápidos sobre o tema, mas eles são muito superficiais e não nos preparam para as realidades do dia a dia em sala de aula", disse e09, refletindo uma dificuldade comum entre os profissionais entrevistados.

Outro aspecto identificado foi a limitação de recursos pedagógicos adequados para o ensino da cultura afro-brasileira e indígena. Vários entrevistados, como e02 e e07, mencionaram que os materiais didáticos disponíveis nas escolas nem sempre abordam esses temas de maneira aprofundada. "Os livros didáticos que temos nas escolas falam muito pouco sobre a história dos povos indígenas ou dos afro-brasileiros. Muitas vezes, temos que buscar material extra ou improvisar", explicou e02, demonstrando a carência de recursos didáticos específicos e contextualizados.

Porém, alguns respondentes destacaram a importância das iniciativas de material pedagógico alternativo, como a utilização de vídeos, livros complementares e recursos da internet. "Busco sempre utilizar vídeos e livros que falem mais sobre as culturas indígenas e afro-brasileiras, porque os livros didáticos não conseguem transmitir de forma completa a riqueza dessas culturas", afirmou e06, que também ressaltou que, apesar disso, a falta de material mais acessível e adaptado ainda é um obstáculo.

Em relação ao tempo dedicado ao ensino dessas culturas, a pesquisa revelou que, para muitos profissionais, a Lei 11.645/2008 é, muitas vezes, ignorada ou tratada de maneira superficial. Segundo os respondentes e03 e e11, a carga horária dedicada à temática é insuficiente para cobrir a complexidade da história e das contribuições dessas culturas para a formação do Brasil. "Muitas vezes, a abordagem da cultura afro-brasileira e indígena acaba sendo reduzida a um ou dois dias no ano, geralmente em datas comemorativas, o que

Além disso, a pesquisa identificou uma dificuldade em integrar essas temáticas ao currículo regular de forma contínua. Muitos professores relataram que, apesar de reconhecerem a importância de ensinar sobre a diversidade cultural, encontram resistência, tanto dos alunos quanto dos próprios colegas, para tratar de questões relacionadas à identidade racial, desigualdade social e os impactos históricos da escravidão e do genocídio indígena. "Muitas vezes, as discussões sobre raça e cultura geram desconforto na turma, especialmente porque os alunos têm dificuldades em compreender a complexidade desses temas", relatou e10, evidenciando a sensibilidade e os desafios relacionados à abordagem de questões raciais nas escolas.

Outro desafio citado pelos entrevistados foi a falta de apoio da gestão escolar para promover ações pedagógicas mais profundas e sistemáticas sobre a cultura afro-brasileira e indígena. Segundo e04 e e12, muitos gestores escolares não priorizam esse conteúdo em suas políticas pedagógicas. "Mesmo sabendo da importância da lei, muitas vezes a gestão não oferece a estrutura necessária para que possamos trabalhar esses temas de forma eficaz", disse e04, evidenciando a necessidade de uma maior integração entre as políticas educacionais e a legislação que garante o ensino dessas culturas.

Por outro lado, alguns profissionais destacaram experiências positivas, onde a implementação da Lei 11.645/2008 foi mais bem-sucedida. "Aqui na escola, temos um projeto que busca integrar a cultura afro-brasileira e indígena em todas as disciplinas, não só nas aulas de história. A ideia é mostrar a importância dessas culturas na construção do Brasil em várias áreas do conhecimento", explicou e07. Esse tipo de prática pedagógica, que envolve a interdisciplinaridade, foi apontado como uma estratégia eficaz para tornar o ensino da diversidade cultural mais relevante e engajante para os alunos.

Em relação ao envolvimento dos alunos, a pesquisa também revelou que, quando o conteúdo é abordado de maneira mais profunda e respeitosa, há um aumento no interesse e na compreensão dos estudantes sobre a importância da cultura afro-brasileira e indígena. Segundo e08, "os alunos acabam se interessando mais pelos conteúdos quando são tratados de maneira viva e dinâmica, com materiais complementares, atividades culturais e discussões em sala de aula". Entretanto, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com as questões de preconceito e discriminação que podem surgir durante as aulas, o que, em muitos casos, não é fácil de gerenciar.

Alguns respondentes também mencionaram que, em determinadas escolas, o ensino da cultura afro brasileira e indígena é tratado com um certo grau de superficialidade. "Embora a lei diga que o ensino deve ser obrigatório, muitas vezes ele é feito de forma genérica, sem uma reflexão mais crítica sobre a realidade dos povos indígenas e dos afro-brasileiros no Brasil", comentou e01, apontando que, em algumas escolas, a abordagem se limita a aspectos históricos, sem incluir discussões sobre a situação atual desses grupos, suas lutas e resistências.

A maioria dos participantes concordou que a implementação da Lei 11.645/2008, apesar de suas dificuldades, representa um avanço significativo na educação brasileira. "A lei foi um marco importante, porque começou a garantir que essas culturas, antes invisíveis, sejam reconhecidas e ensinadas nas escolas", afirmou e09. Esse reconhecimento, embora parcial e muitas vezes ainda restrito, foi visto como um primeiro passo para a construção de uma educação mais inclusiva e representativa.

No entanto, a pesquisa também apontou a necessidade de políticas públicas mais robustas para garantir a efetiva implementação da lei. "A Lei 11.645/2008 precisa ser acompanhada de mais ações concretas por parte do governo, como a criação de mais materiais pedagógicos específicos e a capacitação contínua dos professores", sugeriu e13. A falta de uma política educacional mais clara e abrangente foi apontada como uma das principais dificuldades para o ensino dessas culturas nas escolas. Em suma, os resultados da pesquisa indicam que, embora a Lei 11.645/2008 tenha proporcionado um avanço significativo na inclusão das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, ainda há uma série de desafios a serem enfrentados.

A formação dos professores, a adequação dos materiais pedagógicos, a integração da temática no currículo e o apoio da gestão escolar são aspectos fundamentais que precisam ser melhorados para que a implementação da lei seja efetiva e promova a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. Por fim, a pesquisa ressaltou a importância da continuidade das discussões sobre a Lei 11.645/2008 e o ensino da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. "Ainda temos muito o que aprender e melhorar, mas a mudança está acontecendo, e é fundamental que todos os profissionais da educação se envolvam nessa causa", concluiu e06, reforçando a necessidade de uma ação coletiva para que a educação brasileira seja verdadeiramente inclusiva e representativa de todas as culturas que formam o país.

IV. Conclusão

A pesquisa realizada sobre a implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas brasileiras revelou desafios consideráveis, mas também identificou avanços significativos no reconhecimento e ensino das culturas afro brasileira e indígena no sistema educacional. A análise dos dados coletados por meio de entrevistas com 13 profissionais da educação, entre professores e gestores, mostrou que, embora a legislação tenha sido fundamental para trazer à tona essas temáticas, a implementação da lei ainda enfrenta obstáculos substanciais. A falta de formação específica dos educadores, a escassez de materiais pedagógicos adequados e a resistência de alguns

alunos e colegas de trabalho são questões que dificultam a aplicação eficaz da Lei 11.645/2008 nas escolas. Entretanto, a pesquisa também evidenciou práticas pedagógicas inovadoras e bem-sucedidas, nas quais a integração da história e cultura afro-brasileira e indígena foi feita de maneira interdisciplinar, dinâmica e contextualizada, gerando mais interesse e envolvimento dos alunos. A formação contínua dos professores, a criação de materiais didáticos específicos e a articulação entre gestão escolar e políticas públicas são elementos fundamentais para superar as dificuldades e potencializar os resultados positivos. A pesquisa conclui que, apesar de avanços importantes, a plena implementação da Lei 11.645/2008 depende de um esforço coletivo entre educadores, gestores e políticas públicas mais robustas. A inclusão efetiva da cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar não é apenas uma questão de cumprimento de uma obrigação legal, mas uma ação necessária para a promoção da diversidade cultural, do respeito à identidade de todos os grupos e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A continuidade das discussões sobre a diversidade cultural e a capacitação constante dos profissionais da educação são essenciais para garantir que os objetivos da lei sejam efetivamente atingidos.

Referências

- [1] Lima, L. A. O. Et Al. Quality Of Life At Work In A Ready Care Unit In Brazil During The Covid-19 Pandemic. International Journal Of Research -Granthaalayah, [S. L.], V. 8, N. 9, P. 318–327, 2020. Doi: <https://doi.org/10.29121/granthaalayah.v8.i9.2020.1243> [2] Lima, L. A. O.; Domingues Junior, Gomes, O. V. O. Saúde Mental E Esgotamento Profissional: Um Estudo Qualitativo Sobre Os Fatores Associados À Síndrome De Burnout Entre Profissionais Da Saúde. Boletim De Conjuntura Boca, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10198981>
- [3] Lima, L. A. O., Domingues Júnior, P. L., & Silva, L. L. (2024). Estresse Ocupacional Em Período Pandêmico E As Relações Existentes Com Os Acidentes Laborais: Estudo De Caso Em Uma Indústria Alimentícia. Rgo - Revista Gestão Organizacional, 17(1), 34-47. <http://dx.doi.org/10.22277/Rgo.V17i1.7484>.
- [4] Lima, L. A. O.; Domingues, P. L.; Silva, R. T. . Applicability Of The Servqual Scale For Analyzing The Perceived Quality Of Public Health Services During The Covid-19 Pandemic In The Municipality Of Três Rios/Rj, Brazil. International Journal Of Managerial Studies And Research (Ijmsr), V. 12, P. 17-18, 2024. <https://doi.org/10.20431/2349-0349.1208003>
- [5] Lima, L. A. O.; Silva, L. L.; Domingues Júnior, P. L. Qualidade De Vida No Trabalho Segundo As Percepções Dos Funcionários Públicos De Uma Unidade Básica De Saúde (Ubs). Revista De Carreiras E Pessoas, V. 14, P. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/Recape.V14i2.60020>
- [6] Reis, V. Literatura De Autoria Indígena: Encantamento E Cumprimento Da Lei 11.645/2008. Revista Moinhos, 2023. [7] Rocha, V. R.; Silva, N. B.; Dutka, F. S. Lei 11.645/2008: O Que Dizem Os Projetos Políticos Pedagógicos De Instituições De Ensino Do Município De Ouro Preto Do Oeste- Rondônia?. Das Amazônias, [S. L.], V. 6, N. 01, P. 122–137, 2023. [8] Silva, I. M.; Rabelo, J.; Dorigon, J. C. Os Jogos Indígenas E A Lei 11.645/2008: Possibilidades Para Um Currículo Intercultural: Possibilidades Para Um Currículo Intercultural. Textos E Debates, [S. L.], V. 30, N. 01, P. E7919, 2024.
- [9] Silva, G. J. O Octogenário “Dia Do Índio”: Histórias E Culturas Indígenas Em Escolas Brasileiras Antes E Depois Da Lei N.º 11.645/2008. Revista Eletrônica História Em Reflexão, [S. L.], V. 16, N. 31, P. 82–101, 2022.
- [10] Tavares, L. C.; Bahia, J. Estudos E Pesquisas Sobre A Cultura Afro-Brasileira A Partir Da Lei 10.639/2003 E 11.645/2008 Na Escola Estadual De Ensino Médio São José Em Óbidos/Pa. Textos E Debates, [S. L.], V. 30, N. 01, P. E7923, 2024.